



Senado aprova incentivo para baratear transporte urbano



Líder do governo, Braga (C, de óculos) sugere que eventuais mudanças no projeto sejam consolidadas na MP 617/2013

Alíquotas das contribuições para o PIS-Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita do transporte coletivo municipal serão reduzidas a zero; texto vai à sanção

Votação do Projeto de Lei da Câmara 46/2013 foi feita em regime de urgência. O governo, porém, decidiu deixar de lado sua proposta, contida na Medida Provisória 617/2013, e apoiar o projeto da Câmara, por considerá-lo mais abrangente.

Os incentivos beneficiam operações de transporte urbano de passageiros nas modalidades rodoviário,

metroviário, ferroviário e aquaviário e aplicam-se aos serviços nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas. Expectativa é que a medida reduza as tarifas em 4%. Segundo o relator, Jorge Viana, a redução, porém, pode não ser imediata, devido à situação deficitária dos serviços de transporte coletivo em muitas cidades. A matéria segue agora para sanção presidencial. **3**

União pode ter de compensar perdas por desonerações

Proposta de emenda constitucional foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Autor,

Aécio Neves, acredita que a obrigatoriedade vai resultar em uma política de desonerações "mais criteriosa". **7**



Vital do Rêgo cumprimenta Aécio Neves, autor da PEC aprovada ontem na CCJ



O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursa no lançamento da cartilha: informação pública ao alcance do cidadão

Cartilha explica Lei de Acesso à Informação

O Senado lançou ontem uma cartilha que ensina câmaras municipais e assembleias estaduais a atender aos pedidos da população por informações públicas. O

material ajuda as Casas legislativas a pôr em prática a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no ano passado. A cartilha também está na internet. **2**

Especialistas apontam impacto da educação na economia do país 5

Plenário dá aval à indicação de 3 novos membros para o CNJ 6

Aprovados novos embaixadores para o Japão e a Holanda 8

Alimentação mais saudável nas escolas

A proibição da venda de bebidas com baixo teor nutricional e de alimentos com alto nível de açúcar, sódio ou gorduras

saturada e trans em cantinas de escolas da educação básica foi aprovada na CAS. Projeto deve seguir para a Câmara. **4**



Substituto de Ângela Portela (E) a texto de Paulo Paim (D) foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais

Contratações sem licitação ficam proibidas no Senado 2

Congresso mantém vetos de Dilma às regras do FPE e ao Ato Médico 4

Ministro da Saúde esclarece dúvidas sobre Programa Mais Médicos 4

Cartilha orienta sobre a Lei de Acesso à Informação

Material será enviado a câmaras municipais e assembleias legislativas para ajudá-las a atender pedidos de informações públicas apresentados pela população; lei de transparência entrou em vigor em 2012

PARA AJUDAR A divulgar a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Senado lançou ontem uma cartilha que explica de maneira simples e direta todas as orientações e alertas sobre a melhor forma de o cidadão ter acesso à informação pública. O material trata das exigências de confidencialidade e dos cuidados com os documentos.

Na cerimônia de lançamento da cartilha, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, apesar de a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) estar em vigor desde maio de 2012, apenas 13% dos municípios apurados regulamentaram a norma, conforme dados da Controladoria-Geral da União (CGU).

— A LAI precisa ser popularizada, democratizada e levada a todas as instituições públicas. Essa cartilha é uma tradução dessa lei, com uma linguagem mais próxima das pessoas — disse.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursa no lançamento da cartilha

Sete mil cartilhas serão distribuídas gratuitamente entre câmaras municipais e assembleias estaduais, como forma de estimular a cultura da transparência nas Casas do Legislativo.

A versão digital da cartilha *Lei de Acesso à Informação no Brasil — o que você precisa saber* também está disponível na internet. O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferecerá um curso a distância para capacitar servidores estaduais e municipais que trabalham com o acesso à informação.

— A cartilha, certamente, em muito ajudará a esclarecer as dúvidas básicas sobre o cumprimento da norma — afirmou Renan.

O material é resultado de uma parceria entre a Faculdade de Direito da UFMG e o ILB.

A LAI trata dos procedimentos a serem observados pelos órgãos da União, dos estados e dos municípios para garantir o acesso a informações a todos os cidadãos.

Veja a cartilha na íntegra <http://bit.ly/cartilhaLAI>

Secretário da CGU: Senado é “transparente”

“O Senado é hoje uma das instituições mais transparentes da República”, disse o secretário-executivo da Controladoria-Geral da União, Carlos Higino de Alencar, durante o lançamento da cartilha.

— Os dois últimos anos da gestão José Sarney e a atual administração de Renan Calheiros têm ajudado a disseminar uma nova cultura de acesso a informações públicas. Este quadriênio, com a aprovação da LAI, o exame de lei de responsabilização de pessoa jurídica e medidas que ajudam no combate à corrupção, vai marcar a sociedade — avaliou.

O secretário da CGU disse que a adequação das instituições públicas à LAI “inverte a lógica que por muitos anos

dominou o serviço público”. — Com a lei, o servidor público deixa de ser dono da informação e está a disposição para dar acesso a ela — afirmou.

No Senado, várias ações foram desenvolvidas para que a instituição se adequasse à LAI, como o novo Portal da Transparência e Controle Social;



Carlos Higino de Alencar: servidor deve estar à disposição do cidadão

a criação da Secretaria da Transparência; a instalação do Conselho de Transparência; e a regulação da lei no âmbito da Casa. Também foi criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado Federal, instituído o Sistema Integrado de Informação ao Cidadão e instalado o balcão de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Antes mesmo de a LAI entrar em vigor, o Senado já divulgava as informações, registrou o primeiro-secretário da Casa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Outros canais para o cidadão são: Ouvidoria, SIC, Alô Senado, Portal da Transparência, Secretaria-Geral da Mesa, Protocolo Administrativo e Portal e-Cidadania.

Lei é conhecida por 47,7% dos brasileiros

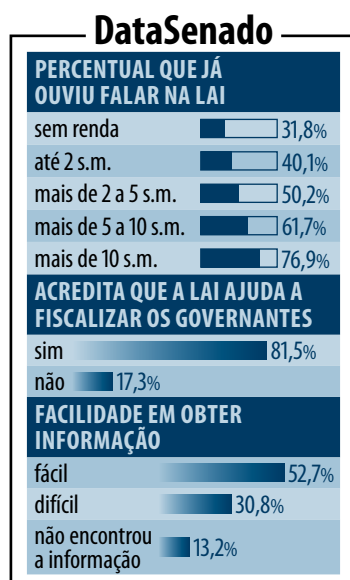
No primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação (LAI), o DataSenado realizou pesquisa sobre transparência e acesso a informações públicas e verificou que 47,7% dos brasileiros afirmam já ter ouvido falar da nova lei.

Foram entrevistadas 1.222 pessoas, em todas as regiões do país, de 16 a 30 de abril de 2013. A pesquisa conta com nível de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais.

Os resultados apontam que o direito de obter informações

públicas, garantido pela legislação, é mais conhecido em estratos de renda mais elevados. Entre aqueles que ganham mais de dez salários mínimos, por exemplo, a proporção dos que conhecem a LAI (76,9%) é maior que no grupo daqueles que não possuem renda própria (31,8%).

A LAI estabeleceu o direito de qualquer cidadão requerer informações de interesse público, não protegidas por sigilo, a órgãos governamentais e o direito de receber a resposta em até 30 dias corridos.



Renan proíbe contratações e compras sem licitação na Casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a partir de agora a administração da Casa não poderá comprar ou contratar serviços sem licitação.

A Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) permite a instituições públicas descartar a concorrência em casos específicos, como compras e serviços de até R\$ 8 mil e situações emergenciais.

O presidente do Senado determinou que inclusive as compras de pequenos valores sejam feitas por meio de pregão eletrônico.

— Seremos mais rigorosos do que a lei mesmo naqueles casos de pequenos valores. Acho que devemos aprimorar o controle a fim de evitar desperdícios e compras desnecessárias — afirmou Renan Calheiros.

Pedido de CPI da Copa não teve assinaturas suficientes

A Mesa do Congresso desenvolveu ao deputado Izalci (PSDB-DF) requerimento de autoria dele para criação da CPI da Copa. O requerimento não foi lido porque o número de assinaturas de deputados e senadores não alcançou o mínimo exigido pela Constituição.

Renan relata plena recuperação de José Sarney

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou aos parlamentares ontem que José Sarney (PMDB-AP) recebeu alta, pela manhã, do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. De acordo com o relato de Renan, Sarney “está em casa e muito bem de saúde”.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Desenvolvimento regional

14h A pauta da sessão deliberativa dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Abelhas polinizadoras

8h30 Para debater o fenômeno da redução da população de colônias de abelhas polinizadoras, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência pública.

CDH Programa Mais Médicos

9h Audiência interativa na Comissão de Direitos Humanos para debater o Programa Mais Médicos sob a ótica dos direitos humanos, com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e outros convidados.

CCJ PEC dos Recursos

9h O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso é o convidado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para falar sobre a proposta de emenda à Constituição que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

CMO LDO 2014

10h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise de alteração no parecer preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

CRE Monitoramento de fronteiras

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, que tem a finalidade de aumentar a vigilância e a proteção das fronteiras terrestres.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** e, na sequência, audiência pública da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova isenções para transporte urbano municipal

Projeto foi apreciado em regime de urgência após acordo com o governo, que decidiu deixar de lado proposta contida na MP 617/2013

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a redução a zero das alíquotas das contribuições para o PIS-Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita do transporte urbano municipal (PLC 46/2013). A matéria segue agora para sanção presidencial.

Designado em Plenário para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Jorge Viana (PT-AC) acabou pedindo a retirada de duas emendas de redação apresentadas à proposição, elaborada originalmente pelo deputado Mendonça Filho (DEM-PE).

A intenção das emendas era adequar o projeto à terminologia da Lei 12.587/2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e assim garantir o benefício a municípios localizados em regiões limítrofes. As alterações, no entanto, geraram dúvidas em Plenário, o que levou o relator a desistir das mudanças.

O líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), sugeriu que eventuais mudanças no projeto sejam consolidadas na Medida Provisória (MP) 617/2013, que prevê a mesma isenção. A comissão mista que vai emitir parecer sobre a medida foi instalada no dia 13.

Braga disse que é preciso garantir o acesso à renúncia fiscal ao conjunto de municípios que formam a região



Vanessa Grazziotin e Anibal Diniz conversam com Jorge Viana (C), relator do PLC 46/2013, durante sessão plenária ontem

metropolitana sem, contudo, estabelecer nova categoria de transporte municipal.

Já o senador Clésio Andrade (PMDB-MG) avaliou que o governo vai ter que editar uma MP para designar de forma clara a concessão do benefício ao transporte urbano metropolitano e ao transporte urbano municipal, como forma de evitar eventuais conflitos tarifários e não prejudicar a aplicação da norma.

Durante a leitura de seu parecer, Viana disse que o PLC 46/2013 é mais abrangente que a MP 617/2013 e apontou a “falência” do sistema de transporte coletivo nas cidades brasileiras. O projeto, segundo ele, diz respeito diretamente à vida dos cidadãos brasileiros, especialmente os mais pobres, que utilizam o transporte público diariamente.

— Oitenta por cento do custo do transporte é coberto pela tarifa. Quem menos pode mais paga, essa é a situação que estamos vivendo, que cria a insustentabilidade no funcionamento das cidades — observou.

O senador considerou a aprovação do projeto um avanço que tem que se somar a outros. Ele afirmou que a tarifa de ônibus representa hoje “uma situação bastante delicada”, visto que o custo inclui encargo de pessoal, combustível, impostos e taxas.

De acordo com o relator, a medida resultará em

redução ao redor de 4% do custo tarifário global.

O senador afirmou, no entanto, que não se deve esperar uma redução automática das tarifas em torno de 4%, o peso atual dos dois tributos. Segundo ele, a questão das tarifas não se resume a esse percentual. Como observou, na maioria das cidades o serviço é deficitário e deixou de haver aumento nas tarifas.

— O fundamental é desmontar os cartéis que há nesse setor e termos de fato alguém bancando a redução dos custos das tarifas, com a melhoria dos serviços — observou.

Varição de custos de 2000 a 2012

Gastos com transporte individual	44%
Inflação	125%
Tarifas de ônibus	192%

Fonte: Ipea

Federalização de rodovias dispensa lei específica



Waldemir Barreto/Agência Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) declarou ontem inconstitucionais 49 projetos de lei que pretendiam alterar a relação descritiva de rodovias, ferrovias,

portos e hidrovias do país. A decisão foi tomada com base em relatório do senador Walter Pinheiro (PT-BA), elaborado em resposta à consulta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre propostas legislativas que tramitam naquela comissão e que se reportavam à Lei 5.917/1973, instituidora do Plano Nacional de Viação (PNV).

Sem entrar no mérito das propostas em questão, Pinheiro chamou a atenção, preliminarmente, para a revogação da Lei 5.917/1973. A norma foi substituída pela Lei 12.379/2011.

O relator observou ainda que a construção e a manutenção desses sistemas viários — sejam eles federais, estaduais ou municipais — são competência administrativa própria do governo federal, prescindindo, portanto, de autorização legislativa para ser exercida.

Obras da Transnordestina serão tema de audiência



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimento para audiência destinada a debater os custos e os atrasos na construção da Ferrovia Transnordestina. No pedido, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) observa que a obra tinha entrega inicialmente prevista para 2010. Com os adiamentos, a data agora é 2015.

Quanto aos custos, o senador disse que os valores praticamente duplicaram em relação ao orçamento original, com correção mais recente para R\$ 7,5 bilhões. De acordo com Vital, a revisão do orçamento e dos prazos foi objeto de acordo firmado este ano entre o governo federal e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que detém o direito de operar a ferrovia, com traçado que vai do Piauí até alcançar os Portos de Pecém (CE) e Suape (PE).

Serão convidados para a audiência, em data a ser ainda definida, o ministro dos Transportes, César Borges; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos; e o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch.

Indicação para direção da ANP já tem relatório



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador José Pimentel (PT-CE) leu ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) o relatório sobre as qualificações do engenheiro mecânico Waldyr Barroso, indicado para ocupar cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O relatório é pré-requisito para a sabatina ao candidato, que deve acontecer na próxima reunião deliberativa.

Pimentel afirmou que o currículo do candidato comprova sua ampla experiência profissional para o cargo, assim como formação acadêmica e elevado conceito no campo de especialidade.

Após a leitura, o presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), comunicou a concessão de vista coletiva, adiando automaticamente a votação da matéria e a sabatina.

Desde 2005, Waldyr Barroso passou a ser servidor efetivo da ANP, no cargo de especialista em regulação. Depois de concluir o curso de Engenharia, ele obteve o título de mestre em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Comissão fará ciclo de debates sobre aviação e turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará um ciclo de debates sobre a situação da aviação brasileira frente aos desafios do turismo. O requerimento para as discussões, feito pelo presidente da comissão, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado ontem. As datas ainda não foram marcadas.

Especialistas, representantes das companhias aéreas e autoridades do governo federal e dos estados serão convidados a discutir as providências para superar gargalos ao desenvolvimento do transporte aéreo.

Também estarão em debate a vocação da aviação brasileira para a integração do turismo e os desafios dos estados para promover atividades turísticas regionais. As conclusões serão enviadas às autoridades.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Valadares requereu audiência para discutir os gargalos do setor aéreo

Inácio anuncia renegociação de dívidas do Nordeste

O presidente do Banco do Nordeste (BNB), Ary Joel, decidiu criar força-tarefa para analisar os 150 mil processos de execução das dívidas de pequenos agricultores nordestinos, anunciou Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O banco, explicou o senador, fará uma busca ativa de todos os devedores e vai oferecer-lhes condições especiais de pagamento, sem juros ou correção. Após quitarem as dívidas, os agricultores poderão ter acesso a novos créditos. A medida deve-se à Lei 12.844/2013, resultante da MP 610/2013, que permitiu a renegociação das dívidas dos pequenos produtores afetados pela longa estiagem na região. Eles acumulavam havia quase 20 anos dívidas que começaram pequenas, mas que, com juros e multas, tornaram-se “exorbitantes”, disse Inácio.



Rafael Cavallini/Agência Senado

Inácio: Banco do Nordeste buscará agricultores em uma força-tarefa

Parlamentares confirmam vetos a quatro propostas

Foram publicados ontem os resultados da votação, realizada na terça. Os vetos não apreciados nesta semana, como o ao projeto que extinguiu multa do FGTS, ficaram para a sessão de 17 de setembro

FORAM PUBLICADOS ONTEM os resultados da votação, realizada na terça-feira, em que foram mantidos vetos presidenciais a quatro propostas aprovadas no Congresso. Os vetos que estiveram mais próximos de serem derrubados são relativos à Lei do Ato Médico e à nova regra de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O veto ao dispositivo da Lei Complementar 143/2013 que

garantiria a integralidade dos repasses a estados e municípios em caso de desonerações promovidas pela União foi rejeitado por 38 senadores e 228 deputados. Para a derrubada do veto, seriam necessários 41 e 257 votos, respectivamente.

O veto ao dispositivo do Ato Médico (Lei 12.842/2013) que restringia a médicos a prescrição de órteses e próteses oftalmológicas recebeu votos contrários de 36 senadores

e 209 deputados. Já o veto a um dos itens incluídos pelo Congresso na desoneração da cesta básica promovida pela Lei 12.839/2013 recebeu 268 votos de deputados pela derrubada (acima do necessário), mas apenas 24 de senadores.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a grande quantidade de vetos analisados não permitiria proclamar os resultados um a um e que, por isso, determinou sua distribuição e publicação. Questionado se o Senado foi o “fiel da balança”, Renan disse que o bicameralismo passa por um processo permanente de aperfeiçoamento.

Renan lembrou que os vetos que não foram apreciados nesta semana, como o ao projeto que extinguiu a multa adicional de 10% sobre o FGTS no caso de demissão sem justa causa, ficaram para sessão marcada para 17 de setembro.



Ângela acredita que projeto vai uniformizar medidas de combate à obesidade

Proibição da venda de produtos não saudáveis segue para a Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) concluiu ontem — com uma votação suplementar do substitutivo apresentado na semana passada — a análise da proposta que proíbe a venda de bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com alto nível de açúcar, de sódio ou de gorduras saturada e trans em cantinas de escolas da rede de educação básica.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 406/2005 precisou de turno suplementar de votação por tramitar em decisão terminativa na comissão e ter sido aprovado por meio de substitutivo da senadora Ângela Portela (PT-RR). Agora, a matéria, apresentada pelo senador Paulo Paim

(PT-RS), poderá ser enviada para análise da Câmara, caso não haja recurso para que seja examinada no Plenário.

Em seu parecer, Ângela destacou que o avanço da obesidade infantil e das doenças relacionadas à dieta motivou estados e municípios a restringirem a venda, nas escolas, de produtos alimentícios considerados não saudáveis. Para ela, a proposta amplia e uniformiza essas medidas governamentais que já estão sendo tomadas.

Pelo substitutivo, os estabelecimentos que não observarem a determinação serão punidos de acordo com a legislação sanitária e não poderão ser licenciados nem ter alvarás renovados.

Aprovado projeto que obriga a manutenção de ar-condicionado

Edifícios de uso público e coletivo serão obrigados a adotar normas de limpeza e manutenção dos equipamentos de ar condicionado para evitar a disseminação de organismos responsáveis por doenças. Projeto de lei da Câmara (PLC 70/2012) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

“Os sistemas de climatização de ambientes são cada vez mais comuns no país e torna-se necessária a manutenção constante para que esses equipamentos não se tornem foco de diversas doenças

respiratórias”, ressalta o relator da proposta, Cícero Lucena (PSDB-PB, foto), cujo relatório foi lido por Paulo Paim (PT-RS). Ele informou que algumas dessas doenças são potencialmente letais, como a legionelose, um tipo de pneumonia aguda.

Os padrões e os valores necessários à garantia da boa qualidade do ar no interior de ambientes — o que inclui temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza — estão estipulados na Resolução 9/2003 da Anvisa e nas regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Morais/Morais/Agência Senado



Deputados e senadores no Plenário da Câmara durante a sessão do Congresso

Senadores destacam avanço institucional

A decisão do Congresso Nacional de manter, na sessão de terça-feira, vetos da presidente Dilma Rousseff é “histórica”, porque foi a primeira vez, em 25 anos, que se completou o processo legislativo. A avaliação foi feita pelo primeiro-vice-presidente do Senado, senador Jorge Viana (PT-AC), em entrevista coletiva ontem.

— Como os vetos não eram apreciados, o processo legislativo não se completava, perpetuando o faz de conta — afirmou.

Para Ana Amélia, ao negociar os pontos polêmicos com deputados e senadores, o Executivo se viu obrigado a “se envolver mais com o Poder Legislativo”.

— Os entendimentos entre o governo e o Congresso devem continuar respeitosamente, resguardadas as naturais divergências — disse.

Já Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu, na terça-feira, que também sejam analisados os vetos presidenciais que tratam da renegociação de dívidas de produtores rurais. Ele lembrou que a questão envolve diversos pontos, como o veto que trata do saldo devedor das dívidas atualizado até julho de 2013.

Oposição faz críticas à retirada de itens da pauta

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que, apesar de considerar positivo o fato de o Congresso cumprir o dever de analisar vetos presidenciais, a votação de terça-feira foi marcada também por fatos negativos. Entre eles, citou as manifestações desordenadas nas galerias e o fato de alguns dos vetos que constavam da pauta original terem sido adiados para setembro.

Já o senador Mário Couto (PSDB-PA) classificou o resultado da votação como uma decepção e um dia triste para o Congresso Nacional. Ele considerou a manutenção de vetos presidenciais como uma prova de que a presidente Dilma Rousseff manda no Congresso.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o Congresso Nacional perde sua autonomia ao apreciar apenas os vetos presidenciais que o governo autorizar.

Segundo Flexa, o governo também estaria liberando recursos de emendas parlamentares para a base governista no intuito de ganhar apoio para a não apreciação ou para a não derrubada de vetos específicos, principalmente aqueles que geram impacto financeiro.

Ministro da Saúde explica Programa Mais Médicos à bancada do PMDB

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se reuniu ontem com a bancada do PMDB e o presidente do Senado, Renan Calheiros, para esclarecer dúvidas sobre o Programa Mais Médicos. O convite foi feito pelo líder do partido, Eunício Oliveira (CE).

— O trabalho do PMDB será no sentido de melhorar o atendimento e os serviços da saúde pública no país — disse.

O Mais Médicos, lançado em julho pela presidente Dilma

Rousseff, chegou ao Congresso na forma da MP 621/2013.

Renan também comentou a primeira sessão do Congresso

para análise de vetos presidenciais sob novas regras de tramitação, realizada na terça-feira.



Padilha (de gravata azul) foi convidado a esclarecer dúvidas dos senadores

— Mais uma vez o Congresso demonstrou que tem absoluto compromisso com a responsabilidade fiscal. O interesse do país está acima de qualquer eventual disputa política — disse.

Renan acrescentou que a sessão também contrariou aqueles que diziam “ter ruído” na base de sustentação do governo no Congresso. Os quatro vetos examinados, inclusive os relacionados ao Ato Médico, foram mantidos.

Ângela apoia 10% da receita da União para a saúde

Ângela Portela (PT-RR) manifestou apoio à proposta de iniciativa popular que destina ao Sistema Único de Saúde (SUS) 10% da receita corrente bruta da União.

A senadora afirmou, em pronunciamento ontem, que a adoção da medida, com a destinação de um volume maior de recursos para a saúde, “é vital para o povo brasileiro”.



À mesa, Denis Mizne, Ozires Silva, Fernando Collor, Ricardo Paes de Barros: impacto da educação sobre a economia

Especialistas apontam gargalos do ensino público

De acordo com pesquisa citada em audiência, escola brasileira tem menos horas diárias de aula do que países exemplares em educação e professores perdem muito tempo com indisciplina e atrasos

ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO apontaram, no Senado, uma série de falhas na educação pública. Segundo eles, é preciso mudar o paradigma e revolucionar o ensino no país.

De acordo com o diretor-executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne, quando o Brasil partiu para a universalização da educação, sacrificou o tempo de aula. Enquanto nos países que estão bem no Pisa (exame internacional que avalia estudantes de 15 anos nas áreas de linguagem, ciências e matemática) o tempo de aula é de seis a oito horas por dia, no Brasil o tempo é de quatro horas e meia por dia, segundo ele.

Ainda de acordo com Mizne, pesquisas indicam que, dessas quatro horas e meia, apenas 60% são gastos com aula e os outros 40% são perdidos com atrasos, indisciplina, avisos e liberações antecipadas.

De acordo com o secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República,

Ricardo Paes de Barros, existe uma relação entre o conhecimento de matemática e o desenvolvimento do país.

Segundo o secretário, uma pesquisa realizada por acadêmicos americanos mostrou que, no Brasil, se os estudantes subissem 15 pontos na escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a economia do país cresceria um ponto percentual a mais por ano.

Prioridade

Citando resultados do Pisa, Paes de Barros disse que o Brasil, apesar de se situar entre os 5% dos países que mais avançaram na educação, ainda está entre os 20% daqueles com pior desempenho educacional.

Para o reitor do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), Ozires Silva, o Brasil precisa transformar a educação em prioridade. Ele citou como exemplos a Coreia do Sul e a China:

— A Coreia do Sul lançou o fanatismo pela educação. Na reconstrução da Coreia do Sul, nenhum funcionário público poderia ganhar mais do que um professor — disse.

O debate ocorreu na Comissão de Infraestrutura (CI) e teve como tema “O impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social”.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que propôs a audiência, defendeu a federalização da educação. Para o senador, a única forma de revolucionar a educação brasileira é transferir a responsabilidade da educação básica para a União.

Segundo o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), as audiências da comissão têm mostrado que a falta de qualificação profissional é o principal empecilho para o crescimento da infraestrutura. Na opinião dele, antes de investir recursos na educação, é preciso saber como aplicá-los.

Campanha pede investimento de 10% do PIB em educação

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu no Plenário carta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que defende alterações no projeto do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012).

O movimento quer que o novo PNE garanta o investimento público equivalente a 10% do produto interno bruto (PIB) na educação pública, a expansão de matrículas na educação superior e no ensino técnico e a consagração do direito à educação inclusiva.

O novo PNE, enviado pelo governo ao Congresso em dezembro de 2010, para vigorar entre 2011 e 2020, apresenta diretrizes e metas para todos os níveis de ensino, seguidas das respectivas estratégias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim apoia manutenção das escolas especiais

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a retirada, do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), do dispositivo que obriga a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares. A inclusão do dispositivo foi feita pelo relator no Senado, José Pimentel (PT-PE).

Paim afirmou que a emenda enfraquece o papel, por exemplo, das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). O senador destacou ter escrito, no artigo “Escolas especiais: direito à escolha”, publicado pelo jornal *Zero Hora*: “Sou daqueles que acreditam que, brevemente, todos os alunos com deficiência terão espaço e acesso em escolas regulares. Entretanto, obrigá-los a ter como única opção esse tipo de escolha é algo que não condiz com a democracia e a escola cidadã que queremos”.

Casildo defende mudança no Plano Nacional de Educação

O direito das pessoas com deficiência à educação pública e gratuita fez o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugerir em Plenário ontem alterações no texto do projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012).

O projeto, observa o senador, estabelece que o atendimento educacional para as pessoas com deficiência deve ser feito exclusivamente pela rede pública de ensino, deixando de fora entidades como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

— Não podemos eliminar, por decreto, o direito das pessoas de buscar a forma de integração e educação especial que melhor lhe convier — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão aprova texto que prevê aperfeiçoamento de engenheiros

Parte da arrecadação da Mútua, a caixa de assistência dos profissionais dos conselhos regionais de Engenharia e Agronomia (Creas), poderá ser destinada ao aperfeiçoamento técnico e cultural dos associados e aplicada em ações fiscalizadoras. Um projeto de lei com esse objetivo (PLS 244/2012), de Eduardo Amorim (PSC-SE), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS),

em decisão terminativa. O relator foi Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A Mútua é uma entidade sem fins lucrativos criada com o objetivo de oferecer aos associados planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais. Os recursos provêm de parte da taxa cobrada na execução de obras ou prestação de serviços profissionais, da contribuição dos associados e de doações.



Senador Waldemir Moka preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Artistas pedem recursos para fomento de teatro, dança e circo

Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), recebeu integrantes do Colegiado Setorial de Teatro, órgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural, do Ministério da Cultura. Eles

pediram apoio para a proposta de emenda à Lei Orçamentária Anual (LOA) que destina recursos ao fomento de atividades de teatro, dança e circo. O senador se comprometeu a conversar com a ministra da Cultura, Marta Suplicy.



Cyro Miranda recebe representantes do Colegiado Setorial de Teatro

Infraestrutura urbana não leva em conta os deficientes, diz Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o Brasil precisa avançar na mobilidade urbana para as pessoas com deficiência.

Ele lembrou que a população é composta por 24% de pessoas com deficiência, mas 24% dos transportes públicos não são equipados para atender esse segmento. O senador citou como exemplos de carência das cidades o baixo número de semáforos sonoros para cegos e o mau estado das calçadas e das rampas nas ruas para quem tem dificuldade de locomoção.

— As cidades foram pensadas excluindo os cidadãos. Foram pensadas de maneira que não leva em consideração o deslocamento a pé. O conceito de mobilidade tem que levar em consideração o aspecto ser humano, e não somente asfalto, concreto, viadutos ou coisas do gênero — disse.

Humberto cita estudo que liga Bolsa Família a bons índices de saúde

Humberto Costa (PT-PE) comemorou os resultados de uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a importância do Programa Bolsa Família para a saúde brasileira.

O *Relatório Mundial da Saúde 2013*, publicado na semana passada, destacou que programas de transferência de renda condicionada melhoram a saúde das crianças.

A pesquisa usou dados do Brasil entre 2004 e 2009. Houve diminuição de 17% na mortalidade infantil, redução de 65% das mortes por desnutrição e de 53% por diarreia.

— O avanço que os números indicam no papel todos nós podemos comprovar nos parques e nas escolas — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovados com folga pelos senadores, Deborah Ciocci, Flavio Portinho e Rubens Curado serão os novos integrantes do Conselho Nacional de Justiça; eles já haviam sido sabatinados pelos parlamentares

Plenário aprova indicação de 3 juízes para o CNJ

POR AMPLA MAIORIA, as indicações dos magistrados Deborah Ciocci Alvarez de Oliveira, Flavio Portinho Sirangelo e Rubens Curado Silveira para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. As votações foram nominais.

Com 60 votos favoráveis e 7 contrários, foi aprovada a indicação da juíza paulista Deborah Ciocci, que tem doutorado em Bioética e Medicina Legal. Em sabatina no Senado no último dia 7, ela defendeu o

direito dos casais homossexuais de ter filhos por meio da reprodução assistida e afirmou que, com o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, “a Justiça está simplesmente reconhecendo o direito constitucional à igualdade”.

O juiz do Trabalho Flavio Portinho Sirangelo foi aprovado com 58 votos favoráveis e 7 contrários. Ele se manifestou, quando sabatinado em 3 de julho, a favor da missão do CNJ de conter o avanço da liti-

giosidade, que ocupa tempo e dinheiro, causa desconforto e atrasa as demais atividades da Justiça. Portinho sublinhou que “um em cada três brasileiros está em juízo” e defendeu a conciliação como meio de deter o acúmulo de demandas individuais.

O juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira recebeu 55 votos favoráveis e 8 contrários do Plenário. Também sabatinado em 3 de julho, Curado defendeu investimentos em tecnologia da informação e gestão administrativa, destacando que isso demanda melhorias na infraestrutura física e na distribuição da mão de obra do Judiciário.

O CNJ, formado por 15 membros, é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.



O presidente da Ajufe, desembargador Nino Toldo, conversa com Renan (D)

Juízes pedem apoio de Renan a proposta que torna TREs maiores

Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, representantes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) pediram ontem a aprovação do projeto que modifica a forma de escolha dos juízes e a composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e também a designação dos juízes de primeira instância da Justiça Eleitoral.

A PEC 31/2013, de Pedro Taques (PDT-MT), determina que a Ordem dos Advogados do Brasil participe da escolha dos membros da advocacia que compõem os tribunais — a exemplo do que a Constituição prevê para os tribunais regionais federais e tribunais de Justiça.

A PEC propõe a ampliação da composição dos TREs, de sete para nove juízes. Os dois novos membros seriam escolhidos, entre juízes federais, pelo TRF com jurisdição no estado.

— Os estados mais populosos têm uma demanda grande. A medida tende a agilizar [o trabalho dos TREs]. Também vai trazer para a composição dos tribunais eleitorais um número maior de juízes federais — argumentou Nino Toldo, presidente da Ajufe.

A PEC aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça. Pedido de vista deu mais cinco dias úteis para que os senadores estudem o texto. O relator é Anibal Diniz (PT-AC).



Deborah Ciocci Oliveira



Flavio Portinho Sirangelo



Rubens Curado Silveira

Senadores têm até o dia 18 para propor emendas ao novo Código Penal

O prazo para apresentação de novas emendas ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) será ampliado em cinco dias, a pedido do relator da matéria, Pedro Taques (PDT-MT).

As emendas serão recebidas até 18 de setembro.

O relatório de Taques, apresentado anteontem à comissão especial encarregada de examinar o projeto, aumenta o rigor para concessão de progressão de regime, estabelece novas medidas contra corrupção e mantém aborto eutaná-



Moreira Moritz/Agência Senado

sia como crimes, entre outros pontos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, aproveitou o anúncio do novo calendário para elogiar o trabalho feito por Taques e pela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto.

Renan destacou a “sensibilidade política e social” do substitutivo de Taques.

— Nosso esforço por um Código Penal moderno será capaz de criar melhores condições para lutar contra o crime e promover a paz social no Brasil — disse Renan.

Taques defende rapidez em votação de projeto sobre desaparecimento de pessoas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá acelerar a votação do projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que inclui no Código Penal o crime de desaparecimento forçado de pessoa (PLS 245/2011).

Taques citou um estudo que catalogou 91 mil casos de desaparecimento forçado no estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2013. Um deles é o do pedreiro Amarildo Souza Lima, que desapareceu em julho, após abordagem de agentes da unidade de polícia pacificadora (UPP) da Favela da Rocinha.

A proposta estabelece penas de até 40 anos, se o crime resultar na morte da vítima.

Taques pediu pressa na votação do PLS 221/2013 — Complementar, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que muda o número de deputados federais por estado para o período 2015–2019.

Contra morosidade, Mozarildo quer carreira para Justiça Eleitoral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou mais celeridade da Justiça Eleitoral no julgamento dos processos de cassação de políticos que, apesar de acusados de crimes eleitorais durante as campanhas, são eleitos. Para ele, a demora nos julgamentos pode beneficiar o mau político, que consegue praticamente concluir o mandato sem condenação.

O senador citou o atual governador de Roraima, Anchieta Júnior, cujo pedido de cassação, aberto em 2011, por crimes eleitorais supostamente cometidos na campanha de 2010, ainda aguarda julgamento no tribunal.

— Qualquer que seja o candidato que pratica atos de crime eleitoral acaba se



Mozarildo Cavalcanti/Agência Senado

beneficiando com a morosidade da Justiça. Aí terá valido a pena o crime.

Para ele, a morosidade pode criar, no eleitor, uma indiferença em relação a quem pratica crime eleitoral e, nos maus políticos, a crença de que poderá usar “todos os mecanismos possíveis e imagináveis” para se eleger, já que ficará sem punição.

Mozarildo também pediu apoio à proposta de emenda à Constituição de autoria dele que institui quadro próprio de magistrados para a Justiça Eleitoral, por concurso público (PEC 64/2012). Assim, teria fim o rodízio de magistrados de diferentes procedências, como ocorre hoje, o que, para ele, sobrecarrega os profissionais e atrasa os processos.

COMISSÃO OUVI EX-MINISTRO PELUSO SOBRE PEC DOS RECURSOS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) realizará hoje mais uma audiência pública sobre a PEC dos Recursos (PEC 15/2011), com a participação de Cezar Peluso, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Na próxima quinta, a CCJ sabatará o procurador Rodrigo Janot, indicado para suceder Roberto Gurgel à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Autor da proposta acredita que, com a recompensação obrigatória, União será mais criteriosa na concessão de benefícios e isenções fiscais

União pode ter de compensar estados e municípios por desonerações

A UNIÃO PODERÁ ser obrigada a compensar financeiramente estados e municípios — dentro do mesmo exercício financeiro e na forma de lei complementar — por perdas orçamentárias decorrentes da concessão de subsídios ou isenção de impostos a setores produtivos. A medida está prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 31/2011) de iniciativa de Aécio Neves (PSDB-MG), aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto também prevê compensação quando da concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativo a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas entre os entes da Federação. A determinação se aplica não só à União, mas também a estados que concederem benefícios do gênero e, assim, causarem prejuízos às finanças municipais.

No relatório, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) rejeitou outras nove propostas correlatas que tramitavam em



Proposta do senador Aécio Neves passa na Comissão de Constituição e Justiça

conjunto com a PEC 31/2011. Apesar de considerar legítima a concessão de isenções e subsídios visando alavancar a atividade econômica, o parlamentar avaliou como injustificável estados e municípios continuarem assumindo parte do ônus decorrente da medida.

— Toda vez que um ente federado conceder benefício fiscal em detrimento de receita que pertence a outro ente, ele será obrigado a compensar. Dessa forma, acaba a cortesia

com o chapéu alheio. A União será mais prudente nas políticas [de desoneração] que vem adotando e que não têm dado resultado em termos de crescimento — afirmou Aloysio.

Temor

Ao defender a PEC 31/2011, Aécio deixou claro ter preservado o direito de a União conceder benefícios fiscais a setores da economia, desde que não “adentre receitas que não são suas”. O parlamentar acredita que a obrigatoriedade

de compensar eventuais prejuízos a estados e municípios vai resultar em uma política de desonerações “mais criteriosa”.

Os argumentos de Aécio Neves não foram suficientes para tranquilizar o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI). Apesar de se posicionar a favor da proposta, Wellington assinalou que teme impactos negativos sobre a economia nacional. O receio do parlamentar era de que a aprovação gerasse, já em 2013, a obrigatoriedade de repasse, por parte da União de R\$ 42 bilhões a estados e municípios.

Após sustentar que a PEC 31/2011 ainda depende de regulamentação para surtir efeito, Aloysio comprometeu-se a ajustar, durante os dois turnos de votação da matéria no Plenário do Senado, eventuais pendências em relação ao texto.

Entre as alterações pode estar, por exemplo, emenda sugerida por Eduardo Lopes (PRB-RJ) transferindo a exigência de compensação financeira para o exercício seguinte.

Avança texto que eleva repasses federais aos municípios

A proposta que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (PEC 33/2011) foi aprovada ontem pela CCJ.

Atualmente, o governo repassa ao FPM 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Pela PEC, o percentual sobe para 26%.



No relatório sobre a proposta, Gim (PTB-DF) ressalta que os municípios sofrem com uma escassez “injustificável” de recursos, ainda mais quando se considera que as prefeituras são responsáveis por serviços básicos, como o pronto atendimento da saúde, a educação fundamental, o fornecimento de água, a coleta de lixo e a pavimentação.

A PEC, de autoria de Clésio Andrade (PMDB-MG, foto), tramitava em conjunto com a PEC 31/2011, de Aécio Neves (PSDB-MG), e outras nove propostas. Ontem, ambas as PECs foram aprovadas separadamente.

A PEC de Aécio obriga o governo federal a compensar estados e municípios por perdas resultantes de desonerações promovidas pela União. Essa tem sido uma demanda de

governadores e prefeitos, que protestam contra os incentivos fiscais que visam estimular a economia, mas reduzem a arrecadação dos tributos que “alimentam” o FPM e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). É o caso das isenções de IPI à indústria automobilística.

Para serem definitivamente aprovadas, as duas PECs ainda têm de passar em votações nos Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados.

Presidente do BNDES pode ter de falar no Senado duas vezes por ano

A CCJ aprovou um projeto que exige o comparecimento ao Senado, duas vezes por ano, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A proposta (PRS 11/2013) será analisada ainda pela comissão especial que estuda a reforma do Regimento Interno do Senado.

A atuação do banco estatal de fomento vem sendo questionada por causa de empréstimos concedidos a empresas e de operações com títulos do Tesouro Nacional.

Na terça-feira, o presidente do instituição, Luciano Coutinho, deverá participar de uma audiência pública na Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) a respeito da política de operações creditícias feitas ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista.

José Agripino (DEM-RN) citou as razões que o levaram a apresentar o PRS 11/2013. Para o senador, os parlamentares têm de avaliar e debater a atuação do BNDES por meio de audiências públicas periódicas, devido à dinâmica da economia, “que muda de perfil constantemente”.

Agripino também ressaltou que, além dos recursos próprios, o banco vem utilizando verbas transferidas pelo Tesouro Nacional, procedimento que precisa ser acompanhado de

perto pelo Congresso Nacional.

O senador reiterou o respeito pelo presidente do BNDES, “que é um homem íntegro e competente”.

— Mas o BNDES, principal órgão financiador do desenvolvimento no país, está acima de Coutinho. É uma instituição que passa de governo para governo e precisa ser fiscalizada.

Vários senadores manifestaram apoio ao projeto de Agripino, argumentando que é preciso “institucionalizar” a vinda do presidente do BNDES ao Congresso. Um deles foi o relator da matéria, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Essa presença é fundamental para que os parlamentares

examinem os rumos dessa instituição, que às vezes realiza parcerias pouco responsáveis.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que a proposta evita a ação de “maiorias eventuais do governo, que impedem a vinda de autoridades públicas para prestar contas”.

Pedro Taques (PDT-MT) acrescentou que projetos como esse restauram a função do Legislativo, “que é fiscalizar o Executivo e os gastos públicos”.

Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que a iniciativa preenche “um vazio ridículo”, lembrando que a ida de autoridades ao Congresso para prestar contas é um procedimento comum nos Estados Unidos.

Alvaro: governo deve recompensar perdas com isenções

Alvaro Dias (PSDB-PR) conclamou os senadores a aprovarem em Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 31/2011) que obriga a União a compensar financeiramente estados e municípios por perdas orçamentárias decorrentes da concessão de subsídios ou isenção de impostos.

Alvaro disse que, na terça, o Congresso desperdiçou a oportunidade de proclamar independência ao Executivo, ao manter o veto a artigo que retira do cálculo dos repasses dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM) as desonerações feitas pela União.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa quer garantir creches para filhos de trabalhadores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei que obriga as empresas a manter creches para os filhos dos trabalhadores. O PLS 236/2011, de autoria da senadora, tinha parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Sociais, mas foi retirado de pauta a pedido do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador comprometeu-se a refazer o relatório.

— Podemos até trabalhar em um substitutivo. O que não podemos permitir é que a Consolidação das Leis do Trabalho seja mantida como está — afirmou Vanessa.

Agripino defende independência do Legislativo

O esforço do governo para evitar que os parlamentares derrubassem na terça-feira vetos da presidente da República levou José Agripino (DEM-RN) a manifestar apoio à proposta do orçamento impositivo. Para ele, tal instrumento daria independência ao Legislativo.

O senador associou a exclusão de matérias importantes da votação dos vetos a “fatos absolutamente incríveis”, como a liberação de recursos de emendas parlamentares.

— É como se o governo tivesse dito: vou liberar as suas emendas. Agora, quero que você dê cobertura a que não se vote esse veto — criticou.



Pedro Franco/Agência Senado

Aprovados novos embaixadores brasileiros no Japão e na Holanda

Em sabatina, diplomatas ressaltaram importância das relações bilaterais dos países com o Brasil, principalmente no aspecto comercial

OS SENADORES APROVARAM ontem em Plenário duas indicações presidenciais para postos de embaixador. Com 62 votos favoráveis e 4 contrários, o diplomata André Aranha Corrêa do Lago foi aprovado embaixador do Brasil no Japão. E com 44 votos favoráveis e 7 contrários, Piragibe dos Santos Tarragô foi aprovado embaixador do Brasil na Holanda.

Ambos tiveram as indicações acatadas na semana passada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), depois de sabatina.

Na CRE, Corrêa do Lago lembrou que o Japão, de cultura milenar, é a terceira maior economia do mundo — atrás apenas da China e dos Estados Unidos —, com um dos dez melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), e está entre os países menos desiguais do mundo. Em extensão geográfica, é pouco maior que Mato Grosso do Sul.

— É um país extraordinário na dimensão social — disse.

O diplomata afirmou que o Japão tem como desafios



Embaixadores Corrêa do Lago (E) e Tarragô durante sabatina no Senado

a população decrescente e envelhecida e a economia estagnada há 20 anos. Ele acrescentou que o país também tem grandes desafios políticos, como maior presença internacional e maior estabilidade política interna. O diplomata lembrou que, nos últimos 20 anos, o Japão teve 15 primeiros-ministros.

Corrêa do Lago mencionou a grande comunidade nipônica presente no Brasil e acrescentou que os dois países têm se aproximado ainda mais nos últimos anos. O investimento

de empresas de automóveis japonesas em território brasileiro seria uma prova disso, avaliou.

Relator da indicação na CRE, Jorge Viana (PT-AC) disse que Corrêa do Lago é “uma figura extraordinária” e de notável capacidade para exercer o cargo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que o diplomata exerceu papel destacado em negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

Holanda

Tarragô prometeu trabalhar em prol dos interesses

nacionais, buscando maior aproximação entre Holanda e Brasil em áreas como comércio, turismo, cooperação tecnológica e educacional. Ele também disse que vai atuar na promoção da cultura brasileira e lembrou os laços históricos do Brasil com os holandeses.

— É um país pequeno, mas grande em dimensões econômicas, com renda per capita próxima à dos Estados Unidos — disse Tarragô na sabatina na comissão.

O diplomata informou que a questão dos imigrantes e refugiados políticos tem provocado uma crescente tensão na Holanda, alimentada principalmente por grupos de extrema direita.

Tarragô informou que, nas relações internacionais, a Holanda enfatiza os direitos humanos, a democracia e o desarmamento, entre outros princípios. Na América Latina, o Brasil é considerado país prioritário para a Holanda — que é o quinto maior parceiro comercial do Brasil.

Grupo parlamentar buscará aproximação entre Brasil e Noruega

O Plenário aprovou ontem o PRS 31/2011, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Noruega. O novo grupo será formado por deputados e senadores e terá como finalidade desenvolver as relações

bilaterais entre os Legislativos dos países.

Um dos pontos de interesse da Noruega é a produção de energia no Brasil — cerca de 90 empresas norueguesas atuam hoje no país nas áreas

de petróleo e gás, minérios e bioenergia. Na construção naval e nos serviços marítimos e de navegação, a Noruega também considera o Brasil país prioritário para a expansão de investimentos. Em

contrapartida, a Noruega se tornou em 2006 o principal destino das exportações brasileiras para a Escandinávia.

O projeto é de Luiz Henrique (PMDB-SC) e agora vai para a promulgação.

Roteiro de reconstrução do Parlasul em definição

Os presidentes das representações de quatro países — Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela — e um representante do Congresso da Argentina estarão reunidos em 9 de setembro em Montevideu, no Uruguai, para definir o roteiro de reconstrução do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Com os parlamentares que integraram a Mesa anterior, eles tentarão definir cronograma para a retomada das atividades do órgão legislativo regional, paralisadas desde dezembro de 2011.

O encontro foi anunciado pelo presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Newton Lima (PT-SP), na abertura de reunião do colegiado, ontem, para debater dois projetos de lei destinados a regulamentar as futuras eleições diretas dos parlamentares do Mercosul. Segundo o deputado, os resultados das negociações serão comunicados aos integrantes



Reunião da Representação Brasileira discutiu normas para futuras eleições

da Representação Brasileira, em Brasília, durante reunião em 11 de setembro.

— Vamos lutar para que a reinstalação do Parlasul ocorra ainda em 2013 — disse.

Para que isso aconteça, será necessária a indicação oficial, pelo Congresso da Argentina, dos novos representantes do país no Parlasul. O Paraguai, que foi suspenso do bloco regional e foi convidado a reintegrá-lo após a posse do novo presidente, Horacio Cartes, já

elegeu diretamente os novos representantes, abrindo caminho para a retomada das negociações políticas entre os países do Mercosul. Os representantes dos demais países são parlamentares que trabalham ao mesmo tempo nos Legislativos nacionais e no Parlasul.

O protocolo constitutivo do órgão legislativo regional estabelece que as eleições diretas deveriam ocorrer em todos os países do bloco até 2010. Mais

tarde, um acordo político permitiu que as indicações diretas permanecessem até 2014. Para que o Brasil promova as eleições diretas em 2014, será necessário aprovar até o final de setembro, no Congresso, um projeto de lei que defina como ocorrerão as eleições. Atualmente, há dois projetos com o objetivo.

Na Câmara, está pronto para votação em Plenário substitutivo de Dr. Rosinha (PT-PR) ao Projeto de Lei 5.279B/2009, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), pelo qual os parlamentares do Mercosul serão eleitos pelo sistema proporcional, com utilização de listas preordenadas de candidatos. Já o PLS 126/2011, de Lindbergh Farias (PT-RJ), estabelece que 27 parlamentares sejam eleitos pelas 27 unidades da Federação pelo voto majoritário, enquanto os demais seriam escolhidos pelo sistema proporcional, com listas preordenadas.

Souza cita ação do Exército que protege fronteiras do país

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), do Exército brasileiro, é considerado o maior sistema de vigilância de fronteiras em fase de implementação no planeta e é uma importante ferramenta para combater delitos fronteiriços e garantir a segurança nacional.

Ele explicou que o programa busca, entre os objetivos, garantir um fluxo melhor de dados, responder às ameaças externas e facilitar a tomada de decisões.

De acordo com o senador, os meios do Sisfron serão desdobrados ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras do Brasil.

O projeto-piloto do Sisfron foi iniciado na região de Dourados (MS).

O senador lembrou que a América Latina registra altos índices de violência relacionada ao tráfico de drogas. Essa situação, assinalou, tem a ver com a “porosidade” das fronteiras.



Sérgio Souza: programa combate tráfico de drogas na fronteira

Parlamento teve sessões regulares até o final de 2010

Os 37 integrantes da mais recente Representação Brasileira no Parlasul (27 deputados e 10 senadores) tomaram posse em dezembro de 2011. Com a posse, o Parlamento buscava retomar as atividades — que, no entanto, permanecem paralisadas até o momento. A última sessão havia ocorrido em dezembro de 2010.

A Argentina, que teve eleições em dezembro de 2011, chegou a indicar representantes no primeiro semestre de 2012. Pouco tempo depois, porém, o Congresso do Paraguai decidiu derrubar o então presidente Fernando Lugo, levando o país a ser suspenso do Mercosul, em virtude de quebra da cláusula democrática do bloco. A partir de então, nenhuma outra sessão do Parlasul foi realizada.